

A CONSTRUÇÃO DO SINDICALISMO RURAL NO RIO GRANDE DO NORTE:

agentes políticos e transformações sociais nos anos 1960

Silas Emanuel Domingos de Queiroz¹

RESUMO:

O presente trabalho investiga a construção do sindicalismo rural no Rio Grande do Norte na década 1960, destacando os determinantes sociais e políticos que impulsionaram esse movimento. Utilizando a Teoria Marxista da Dependência, a pesquisa analisa a ascensão dos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), a incidência e as divergências entre os diferentes agentes políticos — como a Igreja Católica, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas — na luta pela reforma agrária no estado. Para isto, foram utilizadas fontes como o “Relatório Veras”, o “Livro de Registros de Sindicatos Filiados à FETARN”, e jornais como O Poti, Tribuna do Norte e A Ordem.

PALAVRAS-CHAVE: História Agrária; Partido Comunista Brasileiro; Ligas Camponesas; Sindicato Rural; FETARN.

THE CONSTRUCTION OF RURAL TRADE UNIONISM IN RIO GRANDE DO NORTE: political agents and social transformations in the 1960s

ABSTRACT:

This paper investigates the development of rural unionism in Rio Grande do Norte in the 1960s, highlighting the social and political factors that drove this movement. Using the Marxist Theory of Dependency, the research analyzes the rise of rural workers' unions (STRs), as well as the influence and differences among various political agents — such as the Catholic Church, the Brazilian Communist Party¹ (PCB), and the Peasant Leagues — in the struggle for agrarian reform in the state. Primary sources such as the “Relatório Veras,” the “Registry Book of Unions Affiliated with FETARN,” and newspapers like O Poti, Tribuna do Norte, and A Ordem were used for this analysis.

KEYWORDS: Agrarian History; Brazilian Communist Party; Peasant Leagues; Rural Unionism; FETARN.

Introdução

¹ Graduanda em História pela UFRN. Membro do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1178513433177326>. Email para contato: silasemanuel953@gmail.com

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa iniciada recentemente que busca investigar as principais particularidades locais da ascensão do sindicalismo rural no Rio Grande do Norte nos anos 1960, as transformações sociais que determinaram essa ascensão, assim como a incidência e divergências políticas entre os agentes que organizaram os trabalhadores rurais no estado. Para isto, foi usado como arcabouço teórico a Teoria Marxista da Dependência, assim como a historiografia sobre o tema no contexto brasileiro e local. Foram usadas fontes como o livro de registro de sindicatos da FETARN para investigar o crescimento quantitativo de sindicatos de trabalhadores rurais (STR) no decorrer do tempo, o inquérito policial da ditadura militar “Relatório Veras” para investigar a incidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e das Ligas Camponesas no campo potiguar, e matérias dos jornais Tribuna do Norte, A Ordem e O Poti que demonstram os principais acontecimentos políticos que foram desencadeados por esse processo.

Entre as décadas de 1930 a 1960, aconteceram importantes transformações sociais no Brasil, decorrentes da transição de um padrão de reprodução do capitalismo agromineiro exportador para industrial (Raposo, 2018). Esse processo teve seu início principalmente a partir da crise de 1929, em que a queda da demanda de exportação de produtos primários, sobretudo agrícolas, para a Europa gerou a tendência de industrialização como novo dinamizador da economia. Posteriormente, esta industrialização ganhou um novo caráter, sendo potencializada principalmente pelo investimento e hegemonia do capital estrangeiro.

Segundo o economista Ruy Mauro Marini, estas transformações desencadearam uma ruptura vertical entre a fração industrial da burguesia brasileira e a fração agroexportadora, antes hegemônica, associada ao capital estrangeiro. Estas frações entram em contradição em seus interesses políticos e econômicos imediatos. Marini apoiava-se na tese marxiana de que a burguesia é dividida em frações de classe com interesses contraditórios que lutam pela hegemonia dentro do mesmo bloco no poder, mesmo que unidas na manutenção da ordem capitalista.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

[...]A burguesia vive em luta permanente: primeiro, contra a aristocracia: depois, contra as frações da própria burguesia cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros. Em todas estas lutas, vê-se forçada a apelar para o proletariado, a recorrer a sua ajuda e desta forma arrastá-lo para o movimento político.(Marx; Engels, 2010, p. 48)

No caso brasileiro, os interesses contraditórios das classes dominantes podem ser vistos nos governos desenvolvimentistas, que expressaram os interesses da burguesia interna que defendia de forma conciliatória reformas nacionalistas expressas no binômio política externa independente e reforma agrária, em resposta respectivamente à crise da balança de pagamentos no mercado internacional, e ao esgotamento do mercado interno. Enquanto a fração exportadora e a burguesia internacional estavam comprometidos com a manutenção do latifúndio (Marini, 2012). Embora houvesse contradições em torno da defesa da burguesia interna de um desenvolvimento capitalista autônomo, havia limitações decorrentes da própria formação social capitalista dependente brasileira, onde as classes dominantes agem de forma subordinada às burguesias dos países no topo da pirâmide imperialista, tendendo a ser cúmplices na reprodução da dependência (Luce, 2018).

Ao lado da ruptura vertical, acontecia uma ruptura horizontal entre a classe trabalhadora e as classes dominantes.² A estrutura agrária brasileira era marcada pela superexploração da força de trabalho e concentração de terras. Segundo Marini, com base no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social elaborado pelo governo João Goulart, 51% das terras estavam concentradas em 26% dos proprietários. O aumento da produtividade no campo nos marcos desta estrutura agrária engendrou a expulsão dos trabalhadores rurais para as cidades, favorecendo a favelização e a diminuição dos salários pelo aumento da oferta de força de trabalho (Marini, 2012). A luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária unia-se ao apoio dos operários e da pequena-burguesia urbana, mobilizados contra o aumento do

² Marini define a ruptura vertical como um conflito entre as frações da classe dominante, e a ruptura horizontal como o conflito entre a classe trabalhadora e as classes dominantes.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

custo de vida.

Estas transformações determinaram mudanças na percepção dos brasileiros sobre os camponeses, antes vistos de forma pejorativa e associados a um atraso político e econômico. Cada vez mais intelectuais, artistas, trabalhadores e partidos políticos viam determinantes sociais para a desigualdade no campo (Grynszpan; Dezemone, 2007). A reforma agrária tornou-se tema de interesse nacional, mesmo com divergências programáticas entre uma reforma agrária moderada feita na legalidade defendida pela burguesia e a reforma agrária radical defendida pelos trabalhadores, sintetizada na palavra de ordem das Ligas Camponesas “Reforma agrária na lei ou na marra”.

Figura 1 -Trabalhadores agrícolas pedem reforma agrária durante sessão do 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas



Fonte: Trabalhadores agrícolas pedem reforma agrária durante sessão do 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 1961. Disponível em: <https://memoraldademocracia.com.br/card/jango-tenta-reforma-agraria-negociada>. Acesso em 18/11/2024.

Sindicatos rurais no Rio Grande do Norte

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

No contexto de acirramento da luta de classes no pré-golpe, o governo João Goulart buscava atender as demandas da burguesia e das camadas populares para se manter no poder contra as ameaças golpistas, mas se via cada vez mais isolado (Marini, 2012). O acirramento da luta de classes, com a pressão do movimento sindical pela elevação dos salários, afastou as frações burguesas do governo, que abandonaram seu interesse imediato por uma reforma agrária pela garantia de seu lucro. Por essa razão, Jango passou a se apoiar cada vez mais nas mobilizações populares. No campo tomou medidas para desobstruir e incentivar a fundação e reconhecimento legal dos STRs, como o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) e a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA). As mobilizações no campo, que estavam em ascensão, expressaram-se na fundação em massa de STRs e federações sindicais. Neste período, a quantidade de STRs no país passou de 5 sindicatos para 475 sindicatos e 29 federações (Dezemone, 2016).

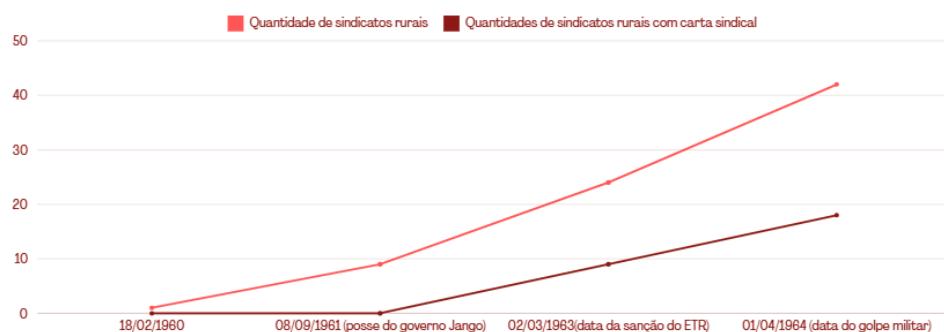
Com a ascensão das lutas camponesas na década de 1960 foi impulsionada a fundação da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte (FETARN). Segundo o documento “Livro de Registro dos Sindicatos Filiados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte” presente atualmente na sede da FETARN, o primeiro STR no estado foi fundado em Caiçara do Rio do Vento em 1960. Podemos ver o crescimento quantitativo de STRs no estado a partir de acontecimentos políticos importantes. Antes da posse do governo João Goulart, a quantidade era de 9 STRs no estado; até a sanção do Estatuto do Trabalhador Rural essa quantidade aumentou para 24 STRs; já nas vésperas do golpe militar eram 42 STRs (LIVRO, 1974). Segundo o historiador Macaíba de Souza, considerando também os sindicatos não filiados à FETARN, em 1964 haviam 67 STRs, com cerca de 60 mil associados no estado, demonstrando um crescimento impressionante em um período de somente 4 anos (De Sousa, 2021). O crescimento do sindicalismo expressou-se no crescimento das mobilizações, como na realização

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

de manifestações de trabalhadores rurais em 26 cidades no primeiro de maio de 1963 (O 1. [...], 1963).

Figura 2 - Crescimento na quantidade de sindicatos rurais no Rio Grande do Norte segundo o livro de registro dos sindicatos filiados a FETARN



Fonte: Do autor, 2024

A conjuntura política no Rio Grande do Norte e a proposta de reforma agrária do governo Aluízio Alves

As transformações sociais no Brasil determinaram também mudanças na correlação de forças políticas no Rio Grande do Norte. O estado, governado por décadas pelas oligarquias agrárias, teve uma ruptura em 1960 com a eleição do governador Aluízio Alves, que, apesar da origem oligárquica, era visto como “modernizador” e “desenvolvimentista”. Seu governo aderiu à Aliança pelo Progresso, iniciativa do governo estadunidense que amparou financeiramente governos conservadores para realizar reformas sociais no sentido de amenizar as desigualdades e evitar revoluções sociais, como a cubana (Rocha Filho, 2005).

No campo, esta ruptura expressou-se com o anúncio de uma reforma agrária estadual pelo governo Aluízio Alves. Em outubro de 1961, o jornal Tribuna do Norte noticiou um discurso de Aluízio na inauguração da exposição agropecuária que anunciava a reforma agrária estadual, de caráter moderado, legalista e

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

amplamente debatida pelas classes interessadas, ou seja, camponeses e senhores de terras. Afirmava que sua posição ideológica era nem luta de classes, nem a falsa paz das classes, visto que a primeira armava os ressentimentos e combatia as injustiças criando novos privilégios, e a segunda preservava a desigualdade. Ao invés disso, defendia a “reforma social” (BASES [...], 1961). A Tribuna do Norte celebrava o projeto como contraponto-a aos defensores da reforma agrária radical. Nos dias seguintes, o mesmo jornal realizou uma série de entrevistas sobre o projeto com representantes de diferentes segmentos da sociedade, como o deputado estadual do PCB Luiz Maranhão Filho, o padre Dom Nivaldo Monte, entre outros, que demonstra as divergências programáticas entre estes diferentes setores. Esta documentação, que aparenta demonstrar a identificação de Aluizio com o programa da fração industrial da burguesia para o campo, pode ser utilizada para entender a posição dos diferentes agentes políticos locais em torno da reforma agrária, mas até o momento não foi possível se aprofundar nessa questão.

Agentes políticos no campo no Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte, o sindicalismo rural era hegemonizado pela Igreja Católica, mas contou em menor medida com a participação do PCB e das Ligas Camponesas. Os religiosos, com receio de perder sua influência no campo para os comunistas, defendiam reforma agrária para evitar que a estrutura agrária desigual gestasse uma revolução social, sintetizada no título da carta pastoral de dom Inocêncio Engelke, “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” (Grynszpan; Dezemone, 2007, p. 217). O sindicalismo católico era moderado, legalista e organizado de cima para baixo. O protagonismo da Igreja Católica no Rio Grande do Norte foi possibilitado pelo seu pioneirismo e forte estrutura investida nesta tarefa. Contava com o Serviço de Assistência Rural (SAR), que realizava trabalho de assistência social no campo e convênio com a SUPRA para fundação de sindicatos, com centros de treinamento de lideranças rurais. Além do engajamento de outras organizações e iniciativas da sociedade civil vinculadas à Igreja, como o

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Movimento de Educação de Base, a Juventude Agrária Católica e as Escolas Radiofônicas. Os padres ativamente organizavam cursos, reuniões e eventos, assim como festas e missas eram usadas para incentivar a sindicalização (De Sousa, 2021. Rocha Filho, 2005) . Podemos visualizar a incidência da Igreja no sindicalismo rural do estado em algumas notícias dos jornais do período. Em novembro de 1961, a Tribuna do Norte noticiou que em Santa Cruz um padre chegou a sindicalizar cerca de 1000 trabalhadores em sua paróquia, que recebiam a carteira de trabalho como garantia que não poderiam ser expulsos de suas terras sem indenização (O caso [...], 1963). De todos STRs fundados no pré-golpe, 48 teriam sido fundados pelos SAR da Igreja. (De Sousa, 2021, p. 21)

O PCB, partido hegemônico na esquerda brasileira naquele período, entendia que o desenvolvimento capitalista da formação social brasileira ainda estava incompleto. Dessa forma, o caráter da revolução ainda não era socialista, mas sim nacional e democrático. As principais lutas imediatas eram a ampliação das liberdades democráticas e reformas de desenvolvimento nacional, entre elas a reforma agrária ocuparia um papel central. A chamada estratégia democrática e nacional seria realizada em aliança com as frações nacionais da burguesia. Esta estratégia era criticada por outros setores da esquerda, vista como reformista (Prestes, 2015). O partido, desde seu primórdio, organizou os trabalhadores rurais por diferentes táticas, desde as Ligas Comunistas, que se assemelhava na forma organizativa com as posteriormente fundadas Ligas Camponesas, e até a luta armada como nas revoltas de Porecatu, Trombas e Formoso. Ao final dos anos 1950, por conta da série de transformações sociais citadas anteriormente, o partido colocou nova ênfase à organização de trabalhadores rurais e voltou a sua tática no campo para a fundação de STRs (Gryzpan; Dezemone, 2007). Apesar da menor presença no campo em relação à Igreja no estado, há notícias nos jornais locais que demonstram uma presença relevante, como em edição da Tribuna do Norte de novembro de 1961, que noticia a iniciativa do deputado estadual comunista Luiz

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Maranhão Filho, que teria organizado assembleias com campões em vários municípios, como Mossoró, Ceará-Mirim e Canguaretama, em uma campanha de esclarecimento e propaganda acerca da reforma agrária (O LATIFUNDIO [...], 1963). Além disso, segundo o historiador Macaíba de Souza, o PCB dirigia a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio Grande do Norte (ULTAR), ligada à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que teria fundado STRs em Ceará-Mirim, São Gonçalo, Várzea, Passagem, Currais Novos e Umarizal, sendo uma predecessora da FETARN. (De Sousa, 2020, p. 20).

Já as Ligas Camponesas distinguiam-se do PCB por ser uma das organizações que se aproximavam de uma estratégia socialista e estavam construindo uma alternativa à esquerda ao PCB (Marini, 2012). Nas vésperas do golpe militar, buscavam fundar um partido próprio, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Surgiram como Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPP), que, liderada pelo deputado estadual de Pernambuco Francisco Julião, espalharam-se principalmente pelos estados do Nordeste. Atuavam principalmente em associações civis, por considerarem os STRs atrelados ao Estado, e tinham ação mais radicalizada (Gryzpan; Dezemone, 2007). Pela forma organizativa que se assemelhava às Ligas Comunistas construídas pelo PCB nos anos de 1940, por vezes eram confundidas com o partido, mas eram organizações organicamente e politicamente distintas. As Ligas tiveram participação diminuta no Rio Grande do Norte, visto que chegaram de forma tardia e pouco antes do golpe militar, em 1963, mas há registros de visitas de Francisco Julião para a fundação das Ligas no estado e outras atividades no estado. No Rio Grande do Norte as Ligas eram presididas pelo então deputado estadual Floriano Bezerra, recém falecido, e chegaram a publicar o jornal local “A Liga”.

Relatório Veras

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Enquanto a presença da Igreja no sindicalismo rural potiguar é amplamente documentada e pesquisada na historiografia, a presença dos comunistas, por sua atuação semi-legal, é mais difícil de ser identificada nas fontes e são pouco pesquisados. Uma das fontes que podemos utilizar para investigar essa incidência é o Relatório Veras.

O Relatório Veras foi um inquérito policial instalado pelo governo Aluízio Alves em 1964, durante a ditadura militar. Ficou conhecido por ter como principal autor o policial Carlos Moura Moraes Veras. Veras investigou estudantes, intelectuais, sindicalistas e políticos considerados pelo regime militar como subversivos. Entre estes havia membros de uma seção sobre a área rural, que investigava as lideranças camponesas. O relatório foi divulgado na imprensa local pelo jornal *O Poti*. O documento relata informações sobre a atuação política e profissional dos indiciados (INQUÉRITO [...], 1964,).

O documento deve ser analisado de forma crítica, visto que foi escrito por autores parciais, motivados por desmontar uma suposta conspiração comunista, o que pode gerar imprecisões e acusações falsas. Uma delas é a relação direta vista entre PCB e as Ligas, como na afirmação de que o PC caracterizava-se “abertamente em quase todo o território nordestino pela formação e instalação de LIGAS CAMPONESAS” (INQUÉRITO [...], 1964, p. 7). Essa afirmação é desmentida por historiadores como Marcus Dezemone e Mário Grynszpan. Segundo estes pesquisadores, as Ligas e o PCB, neste momento, eram organizações sem relação orgânica, com linha política e práticas distintas, principalmente em torno da participação nos sindicatos rurais. Esta confusão dificulta diferenciar na documentação quais dos indiciados eram ligados ao PCB e quais eram ligados às Ligas, visto que no documento foram tratados como se fossem o mesmo grupo.

Sobre os sindicatos rurais, o relatório afirmava seu “valor sócio econômico cultural para atendimento das necessidades mais prementes do homem do campo”,

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

mas subvertidos pelos comunistas que se aproveitavam dos dirigentes sindicais, descaracterizando a “magnífica e monumental obra” realizada pela Igreja nos sindicatos (INQUÉRITO [...], 1964, p. 7). Dessa forma, os sindicalistas rurais vinculados à Igreja são pouco investigados no relatório, relativamente mais tolerados se comparados aos comunistas, considerados subversivos. Há exceções como o padre Alípio de Freitas e José Rodrigues Sobrinho, este indicado pela Igreja para a presidência da FETARN, e investigado por ter “ligação íntima” com os “agitadores” (INQUÉRITO [...], 1964, p. 10). O caso de José Rodrigues é como o de muitos trabalhadores que entraram no sindicalismo por meio da Igreja, mas se radicalizaram no decorrer das lutas, compondo um segmento mais à esquerda da Igreja Católica, como analisa a dissertação do cientista social Ruy Alkmim (Rocha Filho, 2005).

Sobre a presença dos comunistas no campo, o documento relata a realização de conferências, comícios, venda e distribuição de jornais vinculados ao PC e às Ligas como "Semanário", "Novos Rumos", "A Liga" e "Panfleto" no interior do estado. As Ligas Camponesas, relata, eram organizadas no Rio Grande do Norte por meio de “Delegacias no Interior” e da “Liga Urbana”, que realizava trabalho político na capital. O inquérito acusava as Ligas de estarem organizando um sistema armado para implantação de uma “República Socialista no País”, com base na apreensão de armamento na casa de um dos indiciados (INQUÉRITO [...], 1964, p. 8).

Dos 28 indiciados citados na seção, sobre a “área rural”, no Relatório Veras, 26 são acusados de terem relações orgânicas com o PCB ou as Ligas. Analisando o inquérito, estes indiciados realizavam trabalho político nas cidades de Canguaretama, Pedro Velho, Baía Formosa, Natal, Ceará-Mirim, Nova Cruz, Cruzeta, Vila de Santo Antônio, Macau. Somados aos municípios que a ULTAR teria fundado STRs (Ceará-Mirim, São Gonçalo, Várzea, Passagem, Currais Novos e Umarizal), os comunistas estavam inseridos nas lutas camponesas em ao menos 14 municípios. Entre os indiciados, ao menos 3 (Floriano Bezerra, José Holanda e Geraldo Pereira

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

de Paula) fizeram parte da comissão executiva do “I Encontro dos lavradores e trabalhadores agrícolas do RN” segundo notícias da Tribuna do Norte de novembro de 1961(I ENCONTRO [...], 1961). Este periódico noticiou que estes militantes, acusados de serem comunistas e subversivos, foram dirigentes e organizadores importantes das lutas dos trabalhadores rurais, e estavam presentes em uma série de municípios.

Os anos que precederam o golpe militar foram riquíssimos para as lutas da classe trabalhadora rural brasileira, que pressionaram pelo conquista de direitos e desenvolvimento nacional. Infelizmente, estas conquistas foram interrompidas pela repressão dos militares, como pode ser visto no fechamento da maioria dos STRs por meio da repressão estado, passando de 60 mil associados para somente mil após o golpe militar e pela ocupação da sede da FETARN pelos militares (De Sousa, 2021. Rocha Filho, 2005).

Conclusões

Podemos concluir que a ascensão do sindicalismo rural no Brasil, assim como no Rio Grande do Norte, foi determinada por uma série de transformações sociais, causadas pela transição do padrão de reprodução do capitalismo brasileiro, que cindiram as frações da burguesia e acirraram a luta de classes. A luta pela reforma agrária tomou destaque na política potiguar, e isso pode ser visto pelo crescimento exponencial da fundação de sindicatos rurais e mobilizações de trabalhadores rurais no estado. Diferente da incidência da Igreja Católica na organização dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte, a presença dos comunistas ainda não foi suficientemente estudada e é subestimada. O estudo de fontes como as apresentadas, assim como outras, podem ajudar a aprofundar e dar continuidade a esta investigação.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

REFERÊNCIAS

BASES da Reforma Agrária Estadual: Discurso de Aluizio. **Tribuna do Norte**, 31 out. 1961.

DE SOUSA, Baltazar Macaíba. **Sindicalismo rural no rio grande do norte: da igreja ao novo sindicalismo—cultura e prática**. Editora CRV, 2021.

DEPUTADO Luiz Maranhão Filho: O latifúndio está com os seus dias contados. **Tribuna do Norte**, 9 nov. 1961.

DEZEMONE, Marcus. **A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 131-154, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882016000100131&lng=en&nrm=iso> Acesso em 20 jul. 2019.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. (Org) **As Esquerdas no Brasil (1945-1964)**. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.209-236.

I ENCONTRO dos lavradores e trabalhadores agrícolas do RN. **Tribuna do Norte**, 1 nov. 1963).

LIVRO de Registro dos Sindicatos Filiados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: FETARN, 1974.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias - uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PRESTES, Anita Leocadia. Luís Carlos Prestes - **Um Comunista Brasileiro**. Capítulo XI - Prestes e o PCB na clandestinidade: os primeiros anos (1948-1954) - O manifesto de agosto de 1950. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ROCHA FILHO, Ruy Alkmim. **O parto dos caminhos**: Formação dos Sindicatos Rurais no Rio Grande do Norte (1960 - 1964). 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

RAPOSO, Bruna Ferraz. **Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado**. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia e Relações Internacionais, Uberlândia, 2018.

O CASO de Santa Cruz. **Tribuna do Norte**, 4 nov. 1963.

O LATIFUNDIO está com os seus dias contados. **Tribuna do Norte**, 8 nov. 1963.

O 1. de Maio em todo o Estado. **A Ordem**, 11 mai. 1963.

INQUÉRITO da subversão comprovou, no Rio Grande do Norte: Sublevação das massas para implantação de uma República Socialista, no país. **O Poti**, 20 set. 1964.

SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira da. **Evangelizar e politizar**: O sentido da atuação da Igreja Católica com os sindicatos dos trabalhadores rurais no Seridó potiguar (1964-1979). 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade